

Servidor da ativa: atenção à validação de dados cadastrais

MGI atualiza normas para o procedimento, que deve ser feito anualmente

Por Martha Imenes

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) estabeleceu novas regras para atualização e validação obrigatória dos dados cadastrais pessoais e funcionais dos servidores civis federais ativos.

O objetivo, segundo o governo, é simplificar e padronizar o processo, garantindo maior eficiência administrativa. As novas regras estão na Portaria nº 1.476/2026, de 26 de fevereiro.

De acordo com a norma, a confirmação dos dados deve ocorrer anualmente, entre 1º de abril e 31 de maio, ou sempre que solicitada pela administração. A atualização é considerada obrigação do servidor.

O procedimento deve ser feito exclusivamente pelo portal ou aplicativo SouGov.br.

Entre as mudanças, está a possibilidade de quem acumula legalmente mais de um cargo realizar a atualização em apenas um vínculo, com replicação automática das informações na plataforma SouGov.br. Também ficam dispensados da repetição da atualização os servidores que muda-



O app SouGov permite fazer a comprovação de vida e atualização de dados cadastrais

ram de órgão ou tomaram posse durante o ciclo de validação.

Aqueles que não realizarem a atualização serão notificados eletronicamente. Em caso de recusa, a conduta será encaminhada à Corregedoria para apuração disciplinar. A obrigatoriedade se estende a servidores cedidos, afastados, licenciados ou em missão no exterior.

Além disso, gestores devem va-

lidar, no mesmo período, a composição do quadro de pessoal de suas unidades e chefias subordinadas.

O servidor que não realizar a validação ou atualização dos dados deverá ser notificado automaticamente por meio de comunicação eletrônica. Caso se recuse a atualizar os dados terá a conduta comunicada à Corregedoria para fins de apuração disciplinar.

Portal da Transparência

Segundo dados mais recentes disponíveis no Portal da Transparência e do MGI, o Executivo Federal conta com cerca de 600 mil servidores ativos, incluindo civis e militares. Dentro desse universo, os militares representam uma parcela significativa, somando aproximadamente 370 mil ativos.

Além disso, há cerca de 160 mil militares inativos (aposentados) e em torno de 250 mil pensionistas vinculados às Forças Armadas.

Esses números mostram que, quando se considera o conjunto de civis, militares, aposentados e pensionistas, o Executivo Federal administra diretamente mais de 1,3 milhão de vínculos funcionais.

Se considerando todas as esferas de governo — União, estados e municípios — o país conta com aproximadamente 12,65 milhões de servidores públicos.

Está isento

- Quem mudou de órgão durante o ciclo de validação.
- Quem foi empossado durante o ciclo de validação.

Como atualizar

- Entrar no Sou.Gov.Br.
- Clicar nos três traços no lado esquerdo da logo SouGov.Br.
- Acessar o ícone “Cadastro”.
- Depois, “Situação Cadastral”.
- Preencher os dados.
- Finalizar.

PDV dos Correios enfrenta baixa adesão

A primeira fase do Plano de Desligamento Voluntário (PDV) dos Correios atraiu pouco menos de dois mil funcionários, número considerado aquém da meta inicial de 10 mil desligamentos ainda em 2026. A expectativa da estatal é alcançar 15 mil adesões até 2027, o que poderia gerar uma economia anual estimada em R\$ 2,1 bilhões.

Nos bastidores, há preocupação com o ritmo lento da iniciativa conduzida pelo atual presidente da empresa pública, Emmanoel Rondon. O prazo para inscrições segue aberto até 31 de março, mas a experiência anterior não é animadora: em 2025, sob a gestão de Fabiano Silva dos Santos, apenas 3,6 mil empregados aderiram ao programa.

As regras atuais são semelhantes às do plano anterior, com indenizações limitadas a R\$ 600 mil. Esse teto, segundo os Correios, reduz o interesse de servidores em cargos mais altos. Para tentar ampliar a atratividade, a empresa pública ofe-



Expectativa da empresa pública é desligar 15 mil funcionários

receu um novo plano de saúde extensível a familiares, além de sinalizar o fechamento de pelo menos mil unidades como forma de incentivo.

Medidas

O PDV integra um pacote de medidas para enfrentar a crise financeira da estatal, que registrou prejuízo recorde. Entre as ações es-

tão o leilão de imóveis, com expectativa de arrecadar R\$ 1,5 bilhão, a renegociação de dívidas e a busca por novas parcerias comerciais.

Essas iniciativas são sustentadas por um empréstimo de R\$ 12 bilhões contratado no fim de 2025 com cinco bancos. O governo já autorizou a concessão de novo crédito de até R\$ 8 bilhões em 2026, com garantia

da União, ampliando o limite de operações de crédito para os Correios.

Apesar do reforço financeiro, o desafio central permanece: convencer mais funcionários a aderirem ao desligamento voluntário, condição considerada essencial para reduzir custos estruturais e tentar reverter a pior crise da história da empresa.

Sindicatos

As entidades que representam os trabalhadores dos Correios tem se posicionado de forma crítica em relação ao PDV. A Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP), que reúne milhares de empregados, já manifestou indignação em ocasiões anteriores diante da condução do programa, apontando falta de clareza e mudanças repentinas nas regras de desligamento. A entidade considera que o PDV não oferece condições suficientemente atrativas para os funcionários e alerta que a medida pode fragilizar ainda mais a estrutura da empresa, sem resolver os problemas financeiros de fundo.

Já a Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios (FINDECT) também acompanha o tema e costuma criticar iniciativas que, na visão da categoria, transferem o peso da crise para os empregados. A federação defende que a saída para a estatal passa por investimentos e melhorias na gestão, e não apenas pela redução de pessoal.